



7.



Mais informaram que este encerramento temporário decorreria pelo período de tempo estritamente necessário à elaboração do projecto e à realização das obras e que tudo seria feito com celeridade por forma a criar o menor incómodo possível às populações servidas por estas linhas. No caso da linha do Corgo, entre Régua e Vila Real, este é mesmo o único transporte público ao serviço das populações.

Ainda segundo o comunicado das duas empresas estas “ *intervenções nas linhas do Tâmega e Corgo estão programadas para se iniciar dentro de quatro meses...*”, intervenções essas que, nas palavras de responsáveis da Refer citados pela Lusa, serão “ *profundas para corrigir o mau estado das vias em alguns locais*” e que “ *esta situação não podia ser gerida com os comboios a circularem*”.

Todavia, se quanto à necessidade da realização de obras para a reposição dos padrões de segurança e requalificação destas vias em toda a sua extensão se gerou um enorme consenso junto das populações e dos seus legítimos representantes, já quanto à forma repentina como tudo se precipitou, com o encerramento a ser decretado da noite de 24 para a manhã do dia 25 de Março sem que tenha havido qualquer informação prévia às populações e sem a necessária e ponderada organização de transportes públicos alternativos, foi motivo de grande revolta e indignação junto das populações.

Importa ainda referir que até ao presente momento ainda não foi tornado público o referido relatório nem o Governo emitiu qualquer nota ou esclarecimento oficial sobre esta matéria.

Acontece que o jornal público de hoje, 26 de Março, chama este assunto à primeira página dando a conhecer a intenção do Governo de vir a investir 40 milhões de euros na requalificação das linhas do Corgo e Tâmega: 14 milhões de euros na linha do Tâmega e 26 milhões na linha do Corgo.

Mais informa que esta decisão de encerramento já era esperada e que estava a ser preparada ao mais alto nível na Refer desde há alguns meses, com a concordância do Governo, bem como, que esta requalificação profunda não só não consta do plano de actividades da Refer, como a verba de 40 milhões de euros agora avançada não está sequer orçamentada.

A ser verdade tudo o que vem referido nesta peça jornalística, tal significa que o Governo era conhecedor há muito tempo desta situação e como tal, não se compreende nem se admite que não tenha informado atempadamente as populações e os seus Autarcas do possível encerramento destas vias.

Por outro lado, se o encerramento estava a ser preparado há já alguns meses pela Refer com o conhecimento do Governo, então esta decisão de encerrar as linhas não decorre única e exclusivamente de um relatório de segurança, tal qual foi avançado, relatório esse que apenas terá sido entregue à

+



Senhora Secretária de Estado na tarde do dia 24.

Importa pois saber que outros motivos estão por detrás desta decisão, para além das questões de segurança, e importa, sobretudo, saber se o encerramento que estava a ser preparada tinha o mesmo carácter provisório ou se, ao invés, a Refer com o conhecimento do Governo, se preparava para encerrar definitivamente estas linhas.

Importa ainda perceber como é que o Governo chegou a uma verba de 40 milhões de euros para a requalificação destas vias se ainda nem sequer existem projectos de execução destas obras. É a própria Refer a garantir que *“as intervenções nas linhas do Corgo e Tâmega (...) serão antecedidas por consultas aos municípios envolvidos e a CCDR Norte (...) e pela elaboração dos respectivos projectos de execução”*.

Se ainda não há projectos, como calculou o Governo esta verba? Se já existem projectos, por que razão é que as obras se iniciarão apenas e só dentro de quatro meses? Por que não começam mais cedo? Qual o calendário de execução destas empreitadas?

Estas são algumas das questões carecem de esclarecimento cabal e urgente por forma a tranquilizar as populações que acreditam que poderá estar curso uma tentativa de encerramento definitivo destas linhas.

Face ao exposto os deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis solicitam ao Governo, por intermédio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os seguintes esclarecimentos:

1. Qual ou quais as razões que ditaram o encerramento imediato das linhas ferroviárias do Corgo e Tâmega, na passada terça-feira?
2. Quando é que o Ministério das Obras Públicas teve acesso ao relatório conjunto da Refer e CP sobre o estado das linhas de bitola métrica do Tâmega, Corgo e Tua?
3. É ou não verdade que a Refer estava há vários meses a preparar o encerramento destas vias, com o conhecimento do Governo?
4. Em caso afirmativo, por que razão não foi dado desse facto conhecimento aos senhores Autarcas das localidades servidas por estas vias?
5. Em caso afirmativo ainda, qual ou quais as razões que estavam na base desse encerramento?

Tratava-se de um encerramento temporário ou definitivo?

6. Confirma o Ministério das Obras Públicas as informações veiculadas pelo Jornal Público segundo as quais vão ser investidos cerca de 40 milhões de euros na requalificação das vias do Tâmega e Corgo?
7. Em caso afirmativo, já existe algum projecto pronto a ser executado?
8. Em caso afirmativo, há quanto tempo está esse projecto elaborado e por que razão não consta do Plano e Orçamento da Refer para 2009?
9. Em caso afirmativo, se o projecto de execução já existe, por que razão então está previsto o início das obras apenas para daqui a quatro meses? As autarquias foram auscultadas na elaboração deste projecto?
10. Qual o calendário de execução das obras de requalificação das linhas ferroviárias do Corgo e Tâmega?

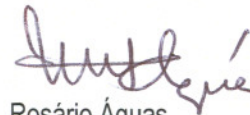
Solicitamos ainda cópia do referido relatório da autoria conjunta da Refer e CP.

Palácio de São Bento, 6 de Maio de 2009.

O(s) Deputado(a)s



Ricardo Martins



Rosário Águas



Jorge Costa